A EDUCAÇÃO ESPECIAL, A INCLUSÃO E A IGUALDADE SOCIAL

CARMENOLIA DE ARAÚJO SOUSA

RESUMO
A escola de integração surge como uma opção inovadora em relação à escola estagnada tradicional e excludente. Define-se por sua abertura e aceitação em salas regulares, a alunos sem distinção de sexo, idade, origem social, situação econômica, pertencimento social ou étnico, bem como a alunos com necessidades especiais de aprendizagem que, tradicionalmente, foram excluídos ou expulsos da escola regular. O objetivo do artigo é analisar, em uma primeira parte, a política educacional dos últimos seis anos em relação à educação especial e sua transição-regressão para a escola inclusiva e a forma como a educação especial e a escola inclusiva têm sido concebidas em nosso país. Posteriormente, procura-se demonstrar o deslocamento da política educacional para a antiga concepção de educação especial, em detrimento dos grupos excluídos e mais vulneráveis socialmente, apesar das propostas da necessidade de construção de maiores margens de equidade, igualdade e inclusão econômica, política, social e cultural, dentro das quais incluímos a educação pelo Estado. Por fim, em um terceiro momento, conclui-se com a proposta renovada de uma escola inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Integração, Política Educacional, Padrões de Entrada, Deficiência.

INTRODUÇÃO

A integração era um objetivo da escola para fornecer educação para todos com igualdade de oportunidades, equidade social, inovação pedagógica, aceitação da diversidade e tolerância à diferença. Pretendia ser um instrumento de integração social e de amplos benefícios, não só para aqueles que precisavam de educação especial, mas também para crianças consideradas normais.

No entanto, a não formação de professores para o cuidado de crianças com necessidades especiais em "salas regulares" fez com que estas fossem praticamente marginalizadas das atividades diárias de outros alunos, sendo consideradas um obstáculo à aprendizagem dos outros, bem como ao bom desempenho dos professores, com a consequente negligência de sua aprendizagem por falta de atenção ou adaptações curriculares adequadas às suas necessidades especiais de aprendizagem. Essa situação resultou em aprendizado insuficiente e, acima de tudo, falha no processo de integração.

A proposta de Educação para Todos abriu as portas para uma nova visão da escola por meio do que se chama de Educação Inclusiva, que se opõe ao elitismo da escola tradicional, que oferece educação para crianças "normais", ou seja, sem nenhuma necessidade especial de educação.

A Educação Inclusiva vai além da visão integracionista da escola, para colocar em pé de igualdade as crianças com necessidades educacionais específicas.

Não se trata apenas de uma escola de integração em que crianças com necessidades educativas especiais são incorporadas em grupos de crianças "normais" – com ou sem a ajuda do professor ou de um assistente pedagógico, uma abordagem escolar que muitas vezes não atingiu os objetivos propostos de integrar os alunos com essas necessidades no grupo geral. mas também uma modificação do sistema educacional, uma mudança estrutural na organização escolar para que possa acomodar e cuidar de alunos regulares "normais", crianças com necessidades especiais e adultos de ambos os sexos, indígenas e cidadãos de áreas marginalizadas.

A Educação Inclusiva considera essencial para a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem destas crianças, a criação de uma escola democrática que responda às políticas públicas de um país democrático e contribua para a equidade, a democracia e o desenvolvimento económico e social e, sem dúvida, para o desenvolvimento de todas as capacidades humanas. quaisquer que sejam suas condições de saúde física e mental e que elevem sua qualidade de vida, levando

em consideração as condições sociais de pobreza e atraso que muitos deles enfrentam.
Isso implica necessariamente a reforma da educação especial e a quebra definitiva do isolamento em que as crianças com necessidades educacionais especiais eram mantidas, a fim de integrá-las em grupos considerados normais. Ao mesmo tempo, implica abertura a outros grupos marginalizados da sociedade, povos indígenas, populações de baixa renda e pessoas com dificuldades de acesso à cultura oficial ou dominante, crianças, jovens de ambos os sexos, adultos, homens e mulheres, com características diversas derivadas de fatores sociais, econômicos, culturais, geográficos, étnicos, religiosos, bem como de diferentes capacidades intelectuais. psíquico, sensorial, motor e sexual dos sujeitos, que enfrentam barreiras para alcançar uma aprendizagem significativa.

A ACESSIBILIDADE E A POSSIBILIDADE DE ACESSO

A qualidade da educação em todos os níveis do sistema escolar é um objetivo primordial da política educacional do governo e de cada instituição que deseja ser credenciada como uma escola de qualidade. No entanto, poucos – se houver – estão preocupados em serem considerados escolas inclusivas.
Confundimos a acessibilidade ou a possibilidade de acesso, por serem de baixo custo ou quase gratuitos, que podem ser frequentados por quem o deseje e cumpram os requisitos burocráticos para ingressar ou passar no exame de admissão, para o qual o que está em causa é a capacidade intelectual, com a possibilidade de interagir, de realizar atividades conjuntas de aprendizagem, de inter-relação com todos os membros da comunidade educativa.
Uma escola inclusiva não tem vestibulares, não discrimina com base em pertencimento econômico, de origem ou social, não classifica de acordo com capacidades intelectuais que promovam a competição e o individualismo manifestados nos quadros de honra, sob o pretexto de aprimoramento pessoal e exigência de fazer parte da escolta nos dias consagrados às honras patrióticas. Pelo contrário, incentiva a colaboração, a aceitação e a ajuda mútua, o diálogo horizontal e a igualdade de tratamento de todos os estudantes, independentemente do seu sexo, idade ou condição social, religiosa, política ou étnica.
Como podemos dizer que nossas escolas prestam esse tipo de atenção, quando são um ou dois professores e um dos professores é o diretor e tem que se ausentar com frequência para participar das reuniões regionais, abandonando seus grupos – no melhor dos casos – à boa vontade do outro professor, ou simplesmente faltar à escola? Essa situação ocorre nas escolas mais pobres, distantes dos grandes centros populacionais de todo o país. Coincidentemente, essas escolas são as que atendem a maior porcentagem da população em extrema pobreza.
As áreas indígenas são marginalizadas em termos de número de escolas e distância entre um centro educacional e outro, pois dentro das áreas rurais uma escola geralmente é composta por alunos de regiões remotas e de difícil acesso, o que promove o absenteísmo. Existem poucos centros de ensino secundário e, em menor grau, centros de ensino técnico e profissional. O absenteísmo não é apenas dos alunos, mas dos próprios professores.
Nessa situação, promover uma escola inclusiva seria a política inevitável para atender às necessidades educacionais de crianças, jovens e adultos de ambos os sexos. Em todo o caso, seria uma experiência que deve ser empreendida e cujos resultados seriam seguramente encorajadores para as populações beneficiárias. Não basta a educação intercultural bilíngue, mas uma educação que responda às necessidades da população de acordo com as condições geográficas da região em que se insere, sua organização social e seu potencial produtivo. É evidente que o respeito à cultura, à língua e às idiossincrasias dos povos é o melhor incentivo para a construção de escolas inclusivas.
A reforma educacional implica uma reforma do próprio sistema e da organização e funcionamento da sala de aula, de modo que a escola regular seja fundamentalmente aquela que acolhe todos os alunos do país em cada um de seus níveis e modalidades. Isso implica uma abordagem educacional

que responda efetivamente à diversidade, uma vez que cada aluno, criança ou adulto, de ambos os sexos, possui características, interesses, habilidades e necessidades próprias. O sistema educativo – e, portanto, a escola inclusiva – deve ter em conta, na medida do possível, toda esta gama de características e necessidades diferentes.

As escolas de educação básica devem receber crianças bem-dotadas com NEE: crianças com deficiência, em situação de rua, indígenas, de áreas marginalizadas e desfavorecidas, migrantes. Para tanto, as atuais políticas de atendimento nas escolas de educação especial devem ser modificadas, exceto nos casos em que não é realmente possível oferecer um atendimento adequado que garanta uma educação de qualidade.

A escola inclusiva é um meio eficaz para a criação de uma nova cultura de aceitação da diversidade e da diferença, a evolução para uma sociedade mais democrática e participativa, mais justa e menos discriminatória.

A justificativa pedagógica é fundamental porque a escola inclusiva representaria um avanço sem precedentes nos métodos e técnicas de aprendizagem, ou seja, nos modelos educacionais, uma vez que implica o desenvolvimento de meios de ensino e propostas curriculares que respondam às diferenças individuais, removam obstáculos à aprendizagem desses alunos e proponham conteúdos curriculares verdadeiramente significativos.

Percebe-se que a capacidade instalada das escolas especiais não pode ser descartada, nem todos os que possuem NEE podem ser atendidos nas escolas regulares, mas pode-se estabelecer uma política de atenção que prepare esses alunos para se integrarem gradativamente às salas de aula regulares com atividades normais baseadas em um currículo flexível e suporte adequado.

A formação de professores, já abordada nos novos currículos e currículos para professores da educação básica, deve insistir não apenas nas teorias educacionais, mas também nas práticas nas escolas especiais existentes e nas poucas escolas de integração.

Parece-nos que os fatores fundamentais para levar a cabo essa reforma do sistema educativo são três: os recursos económicos necessários, o conhecimento e o pessoal qualificado e a vontade política. Todos eles são fundamentais, mas, sem dúvida, a vontade política é a principal. Com vontade, os recursos são obtidos e o Brasil possui instituições que podem treinar o pessoal necessário para realizar um projeto dessa magnitude.

A educação inclusiva é considerada a estratégia mais eficaz para combater atitudes discriminatórias, orientada pela ideia de que o sistema escolar deve se adaptar ativamente às circunstâncias individuais das crianças para que elas possam atingir todo o seu potencial. De uma perspectiva sociológica, deve-se notar que a ambição de adaptar o sistema educacional às necessidades de todas as crianças está alinhada com a compreensão da estreita ligação entre deficiência e ambiente social.

A integração é um desafio da educação fundamental que estabelece a prática educacional orientadora em ações voltadas à incorporação de meninas, meninos e jovens ao sistema educativo nacional que, por alguma outra razão de desigualdade social, cultural, de gênero e / ou econômica, não tenham acesso ao sistema educacional e / ou estejam em risco de exclusão dos serviços educativos.

A procura por uma sociedade equitativa, por um mundo em que os homens desfrutem de liberdade de expressão e de crenças e possam usufruir da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário. (FACION, 2008, p. 55)

Abordar a temática da educação inclusiva implica considerar uma transformação da sociedade excludente para que, na construção contínua da democracia e da participação cidadã, haja a inclusão de todos os setores da sociedade, sem distinção de posição

econômica, sociocultural, étnica, de gênero ou política.
A construção desta nova sociedade passa pela participação de todos os cidadãos, autoridades governamentais e instituições sociais, incluindo a educação como instituição, que pode promover a equidade e a justiça social para com os excluídos não apenas do sistema educacional, mas também da própria comunidade.
Entretanto, a educação tem sido alvo das oscilações da política econômica, com os cortes anunciados no orçamento do setor e a orientação da "pretensa equidade", ao oferecer bolsas de estudo a alunos "inteligentes" com menos recursos, para que possam permanecer na escola, seja qual for o nível.
Por outro lado, são reduzidos os orçamentos para o Ministério da Educação Pública e universidades públicas, favorecendo o crescimento do subsistema privado em todos os níveis, limitando o ingresso de jovens em níveis superiores de ensino por meio de exames de admissão - como um processo de seleção e exclusão dos "menos favorecidos" da escola pública - deixando de fora aqueles que não demonstram "capacidade intelectual".
Dessa maneira, na mesma política de bolsas, por exemplo, ocorre a discriminação social e a exclusão dos marginalizados em algum aspecto. Neste processo, as políticas de educação de meninos e meninas com necessidades educativas especiais têm sido modificadas, passando de uma escola de integração e de um esboço tímido de escola inclusiva; mas, ao mesmo tempo, retorna-se ao conceito de assistência médica com as classificações novamente impostas pela Subsecretaria de Educação Básica, definindo cada uma das deficiências.
Contudo, qualquer estereótipo resulta em segregação e enfraquecimento da dignidade das pessoas. Por isso, a escola inclusiva representa uma inovação e uma abertura democrática para acolher integrantes de todos os setores sociais.
Uma das características de uma sociedade inclusiva é a abertura das escolas a toda a população, para que todos aqueles que desejam fazê-lo tenham um lugar e possam ter acesso a uma educação de qualidade, permaneçam no sistema, participem de todas as atividades e práticas socioeducacionais, como parte integrante da comunidade educativa e da sociedade em geral.
Igualar oportunidades, diminuir barreiras à aprendizagem, lidar com a heterogeneidade e atender às necessidades de todos os alunos é um desafio difícil de alcançar, especialmente quando insistimos em rotular, separar, distinguir ou discriminar. A escola inclusiva não surge do nada, mas há um longo caminho anterior que teve que ser percorrido, desde a ideia de educação especial, à de uma escola de educação especial, passando pela escola de integração, cuidado de pessoas com precisa aprender especiais e chegar à ideia contemporânea de uma escola inclusiva.
Entretanto, para alcançar uma escola inclusiva precisamos construir uma sociedade inclusiva, na qual todos nos encaixemos, com nossas diferenças e particularidades, com nossos dons e habilidades, com nosso conhecimento e ignorância. Uma sociedade democrática não no nome, mas na prática, que faça com que todos os seus membros, todos os cidadãos, se sintam em igualdade de condições para participarem na vida política, económica, social, cultural, com acesso a todos os serviços, nomeadamente saúde, educação e habitação.
Uma sociedade que acomoda a todos, independentemente da condição social, sexo, idade, crenças ou origem étnica, e todos temos os mesmos direitos e obrigações sem privilégios de acordo com a lei e de qualquer espécie; essa é uma sociedade inclusiva, que oferece oportunidades para todos. Rosseto (2005, p. 42) afirma que:

[...] a inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Uma sociedade inclusiva é, portanto, a sociedade que acolhe os membros das diferentes classes sociais, sem discriminação, sem exclusão ou limitações para o desenvolvimento pessoal e coletivo. O importante é que todos os cidadãos tenham um lugar nessa sociedade, sem serem marginalizados dos campos em que se desenvolve a vida social comunitária. A escola desempenha um papel fundamental na transformação da sociedade, na transição da sociedade reprodutiva para a sociedade da transformação produtiva com equidade e justiça. Portanto, deve ser o pivô em torno do qual gira a política de inclusão social.

A instrução escolar engloba a preparação para a cidadania, que "implica que as pessoas se envolvam nas questões que dizem respeito à sua comunidade, seja ela familiar, laboral, social e de poder". Este comprometimento significa também solidariedade entre os membros de uma comunidade escolar, por exemplo, para que a responsabilidade pela educação seja compartilhada não apenas pelo professor, mas também pelos próprios alunos, autoridades, pais e autoridades civis.

Logo, a educação inclusiva envolve a responsabilidade de todos os participantes do processo de ensino-aprendizagem e no apoio a meninos e meninas com necessidades educacionais específicas, sem a necessidade de classificá-los como deficiências motoras, visuais, auditivas etc., mas sim como necessidades educacionais específicas.

A habilidade de expandir a mente para acolher colegas com essas características será um dos objetivos da educação, visando integrar não apenas aqueles com NEE, mas também aqueles com dificuldades de ingressar e permanecer na escola, superando a visão piedosa da tolerância para cultivar uma atitude ativa de aceitação e inclusão em todas as atividades de aprendizagem e extracurriculares, por parte dos próprios professores e colegas. Desta forma, seria promovida a convivência e o apoio mútuo, em vez da mera competição entre eles.

É evidente que em um país capitalista, com uma política oficial neoliberal, onde a competitividade prevalece como princípio de sucesso e conforto na vida, é mais desafiador atingir a utopia de uma escola igualitária e equitativa; no entanto, foram as utopias que conseguiram transformar as sociedades históricas e acreditam que:

A educação contribui para melhorar a coesão social quando é capaz de formar para a convivência, e de proporcionar às pessoas um melhor horizonte de inserção na vida produtiva, de desenvolvimento cultural e instituições sociais, construir uma utopia que possa favorecer uma transformação radical da sociedade nos seus valores e nas suas atitudes para com as pessoas com necessidades educacionais específicas. (UNESCO. 1990)

Uma educação inclusiva corresponderia, então, a uma sociedade democrática, igualitária e inclusiva. A reforma política em direção à democracia global também deve passar pela escola, que impacta a esfera social - coletiva e individualmente - a fim de alcançar uma sociedade mais solidária e cooperativa. Essa abordagem escolar não teve relevância para os especialistas da época, pois nunca abordaram as questões relacionadas à educação especial, à política educacional de integração, muito menos à educação inclusiva. A inclusão no âmbito da educação requer uma visão não só nacional, mas também internacional, como política orientadora para os países membros das Nações Unidas. Portanto, é crucial reconhecer que para a UNESCO (1990):

Inclusão é um movimento que visa transformar os sistemas de ensino para responder à diversidade dos alunos. É imprescindível a efetivação do direito à educação com igualdade de oportunidades e está relacionada ao acesso, permanência, participação e aproveitamento de todos os alunos, com especial destaque para aqueles que por motivos diversos são excluídos ou em risco de serem marginalizados.

A política educacional para crianças com necessidades educacionais especiais em todos os países não tem sido consistente ao longo da história: desde uma concepção separatis-

ta e segregacionista da criação de recintos especiais para crianças com algum tipo de deficiência, até a escola de integração, sem considerar o que é integração escolar, como pode ser realizada e que tipo de modificações curriculares deveriam ter sido feitas para alcançá-la, e até mesmo que tipo de treinamento deveria ser dado aos professores em formação e em exercício; tampouco se pensou em disponibilizar assistentes para apoiar o trabalho em sala de aula quando houvesse alunos com essas características.
Agora, as reformas democráticas devem passar pela escola, a fim de formarmos cidadãos do futuro sob essa nova visão de sociedade. A democracia na educação começa pelo acesso à escola, para que nenhum cidadão fique sem escola e todos - crianças, jovens, adultos, homens e mulheres, deficientes ou não - atendam às suas necessidades básicas de aprendizagem.
Essa noção não se restringe apenas à expansão dos serviços educacionais, mas se amplia para levar em conta os contextos socioeconômicos, políticos e culturais dos alunos, a fim de promover a aquisição de competências que lhes permitam um aprendizado melhor, o aprimoramento da qualidade de vida e a conquista de um desenvolvimento econômico, social e cultural que resulte em uma melhoria do desempenho profissional e da qualidade de vida.
Não se trata apenas dos princípios básicos de leitura, escrita, expressão oral, cálculo e resolução de problemas como objetivo final da educação, mas como base para alcançar um maior desenvolvimento humano a partir dos seus conteúdos básicos, conhecimentos teóricos e valores práticos e atitudes, necessárias para que o ser humano possa sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões informadas e continuar aprendendo.
Para compreender a transição da escola tradicional para a escola inclusiva, é crucial traçar um breve panorama da concepção tradicional acerca do que era considerado como deficiência e que justificava a segregação das escolas "normais", bem como a existência de escolas especiais.

[...] podemos apontar uma das distinções fundamentais entre os cientistas naturalistas e os socialistas no que se refere à maneira como concebem as diferenças na constituição biológica das pessoas. Quando vista como uma barreira socialmente intransponível, a disfunção biológica resulta na exclusão de indivíduos das atividades cuja realização é dificultada por ela. A exclusão é justificada, em princípio, enquanto se espera por descobertas científicas que possam intervir biologicamente naquela anomalia. Contudo, enquanto aguardamos, a potencialização dessa barreira se expande, uma vez que a própria exclusão gera a formação de outras barreiras ao desenvolvimento intelectual, em um processo contínuo. Assim, uma deficiência é criada. (TUNES, 2003, p. 9)

Atualmente, de acordo com a definição da Organização Mundial da Saúde, a deficiência é compreendida como:

[...] A perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que pode ser temporária ou permanente. Deficiências incluem a existência ou surgimento de uma anormalidade, defeito ou perda em um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, incluindo sistemas de função mental. (ONU. 1993)

Na pedagogia contemporânea, o termo "deficiência" foi substituído por "necessidades especiais", que é definido como:

[...] Qualquer restrição ou impedimento à capacidade de executar uma atividade de forma considerada normal para o ser humano. A necessidade especial é caracterizada por excessos ou insuficiências na realização de atividades rotineiras, que podem ser temporárias ou permanentes, reversíveis ou surgir como uma consequência direta da deficiência ou como resposta do próprio indivíduo, especialmente psicológica, a deficiências físicas, sensoriais ou outras. (ONU. 1993)

A partir disso, surgiram outras classificações que buscam cada vez mais especificar as di-

ferentes formas de necessidades especiais. Por exemplo, a Classificação de Deficiências (citada pela Associação Pós-Poliomielite), que as define de maneira geral e abrangente:

Deficiência Física: Engloba alterações como sequelas de poliomielite, lesões na medula espinhal (paraplegia ou tetraplegia) e amputações.

Deficiência Sensorial: Abrange pessoas com deficiência visual, auditiva e problemas de comunicação e linguagem.

Deficiência Intelectual: Caracteriza-se por uma diminuição das funções mentais superiores (inteligência, linguagem, aprendizado, entre outras), bem como das funções motoras. Esta categoria abrange uma variedade de condições, incluindo retardo mental, síndrome de Down e paralisia cerebral.

Deficiência Mental: Afeta indivíduos com distúrbios neurológicos e cerebrais.

A partir dessas considerações, surgiu o que é conhecido como Educação Especial, destinada a atender meninos, meninas e até adultos que apresentam uma dessas necessidades especiais ou, conforme a terminologia atual, capacidades diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma escola inclusiva é aquela que educa todos os alunos dentro de um único sistema educacional, fornecendo-lhes programas educacionais apropriados que sejam estimulantes e apropriados às suas habilidades e necessidades, bem como qualquer apoio e ajuda que eles e seus professores possam precisar para ter sucesso.

Mas uma escola inclusiva vai além de tudo isso, pois é um lugar onde todos pertencem, onde todos são aceitos e apoiados por seus pares e por outros membros da comunidade escolar para que tenham suas necessidades educacionais atendidas. Uma das características essenciais de uma escola inclusiva é um senso coeso de comunidade, aceitação das diferenças e respostas às necessidades individuais.

O objetivo da educação inclusiva não é, portanto, homogeneizar as diferenças, mas reconhecer essas diferenças e construir a escola como uma comunidade para que essas diferenças sejam trabalhadas, para que cada pessoa se sinta de alguma forma conectada ao que está sendo feito naquela sala de aula. O objetivo é alcançar o acesso ao conhecimento para todos e a luta contra a exclusão social, pelo que é necessária a participação de toda a comunidade, que necessita de muitos voluntários e colaboradores. Desta forma, um projeto educacional deve ser organizado com base no diálogo igualitário por meio de uma organização democrática onde todas as pessoas chegam a acordos sobre os objetivos, prioridades e normas que moldarão a escola.

REFERÊNCIAS

FACION, J. R. Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

ONU, "Normas uniformes sobre oportunidades iguais para pessoas com deficiência", resolução 48/96, de 20 de dezembro de 1993.

TUNES, E. Por que falamos de inclusão? Linha Critica Revista Semestral da Faculdade de Educação, n. 16, Brasília: UnB, 2003. pp. 5-12.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Satisfaction of Basic Learning Needs, Jomtien, Thailand, 5 a 9 de março de 1990.

_____. Declaração de Salamanca e Marco de Ação para Necessidades Educacionais Especiais. Salamanca, 1994.